

# Os trabalhadores são cada vez menos livres



Daniel Oliveira

Através da recolha de 53 testemunhos, quatro sociólogos mapearam, em “O Trabalho Aqui e Agora”, os principais problemas do nosso mercado de trabalho. A flexibilidade desprotegida e sem recursos não dá liberdade de escolha, retira-lhe o controlo da sua vida. Crises estruturais começam por uma vaga imediata de desemprego dos mais desprotegidos. Mas até situações mais estáveis podem passar a instáveis. Um livro que aconselha a Rui Rio.

É um dos meus temas de obsessão: a natureza classista da nossa comunicação social. Falei disso a propósito do debate em torno do adiamento do recomeço das aulas, durante a pandemia, quando os protestos dos colégios privados conseguiram tomar conta do espaço público. Ou quando as televisões mostravam, como exemplos de teletrabalho, casas onde adultos e crianças tinham, cada um deles, o seu portátil. Regresso ao assunto sempre que o debate se concentra obsessivamente na carga fiscal sobre os escalões mais altos do IRS. E repeti-o quando Miguel Sousa Tavares, numa entrevista ao primeiro-ministro, resolveu usar como exemplo um jovem qualificado que entra no seu primeiro emprego com 2700 euros, mostrando até que ponto os principais atores mediáticos vivem divorciados dos problemas da maioria da população.

# O TRABALHO AQUI E AGORA

RENATO MIGUEL  
DO CARMO

JORGE  
CALEIRAS

ISABEL  
ROQUE

RODRIGO  
VIEIRA DE ASSIS



TINTA em CHINA

CRISES,  
PERCURSOS  
E VULNERABILIDADES

O exemplo absurdo de Sousa Tavares conseguia, pelo exagero, dar prioridade à questão fiscal – que é a principal preocupação dos mais privilegiados – sobre os dois principais problemas de um jovem trabalhador: precariedade e salários baixos, a que se junta, nos centros urbanos, a habitação. E se querem um banho de realidade – que a maioria do país dispensa, porque a conhece na pele –, há nova bibliografia interessante. “O Trabalho Aqui e Agora” (Tinta da China), de Renato Miguel Carmo, Jorge Caleiras, Isabel Roque e Rodrigo Vieira de Assis, tem como vantagem não ser um levantamento quantitativo, que apesar de muito útil nem sempre consegue dar a dimensão contraditória, complexa e humana do panorama laboral deste país. Através de 53 testemunhos, estes sociólogos que se dedicam especialmente às questões do trabalho conseguem mapear os principais problemas no nosso mercado de trabalho, sobretudo depois de dois abalos sistémicos, como foram a crise financeira e a crise pandémica. Mas, acima de tudo, conseguem ouvir o país invisível que está tão distante dos 2700 euros de que falava de Miguel Sousa Tavares.

A realidade está no testemunho de uma empregada de limpeza de 47 anos: “Teoricamente [trabalhava] das 9h às 19h, com uma hora de almoço. Tudo teoria... Não era às 9h, não tinha hora de almoço, não tinha casa de banho, não parava p’ra tomar água e às vezes não largava às 19h. Na realidade, a gente trabalhava por demanda. Tinha dias que tinha dez apartamentos para fazer limpeza. Eles queriam que eu fizesse cinco apartamentos T3 em duas horas. Humanamente impossível.”

O livro desmente as teses meritocráticas dominantes no espaço público, que tratam a flexibilidade laboral como um ganho de liberdade, que permite ao trabalhador a escolha entre oportunidades crescentes. Tirando os trabalhadores muito bem remunerados, é o oposto que se passa. Os próprios trabalhadores rejeitam essa suposta liberdade que associam a sofrimento e constrangimento. E nega a meritocracia quando torna evidente o

que já sabemos: a enorme relevância do contexto de origem do trabalhador para a forma como se insere no mercado de trabalho. Conta o capital social, económico e cultural da família. Conta a valorização que ela faz da escola e que será muito relevante para o trajeto escolar mais curto ou mais longo, mais linear ou mais interrompido de cada um.

## **Vai-se desistindo**

O livro identifica quatro grandes tipos de perfis de percursos no mercado de trabalho, sendo que cada pessoa pode incluir-se ou ter passado por mais do que um. O primeiro, típico do passado, é o de “continuidade enquadrada”. Pouca rotatividade no emprego, com estabilidade e segurança. Com mais ou menos rendimento, permite projetos de vida. É seguramente mais relevante para conseguir crédito e comprar uma casa do que o desconto no IMT proposto por Carlos Moedas para ajudar os jovens a comprar casa. Temo que, no futuro, só os funcionários públicos venham a estar incluídos neste grupo, com o fosso social e político que isso representa. E que não cabe ao Estado empregador resolver, oferecendo precariedade a quem contrata, mas ao legislador combater, garantindo mais segurança legal aos trabalhadores do privado.

Os outros três perfis são de maior fragilidade. A “rotatividade enquadrada” corresponde a uma grande instabilidade contratual e rotação de trabalhos, mas a alguma segurança temporária nos contratos. Cabem aqui muitos trabalhadores de *call centers* ou que alternam entre relações laborais dependentes e independentes. A “continuidade não enquadrada” é o oposto: trabalhadores por conta própria e falsos recibos verdes, por exemplo. Mantêm as suas funções, mas sempre de forma muito precária, sendo vítimas de abusos e exploração continuada. Também cabem aqui advogados ou arquitetos, porque nem todos são tubarões de grandes escritórios e ateliers. Por fim, os que

estão na base, em “rotatividade não enquadrada”. Vivem numa constante instabilidade e fragilidade, trabalhando em plataformas digitais, empresas de trabalho temporário, imobiliárias e por aí adiante. Vidas inteiras de vulnerabilidade quase absoluta.

Sobretudo no último caso, há quem “escolha” a total desproteção. Para não ter encargos com a segurança social ou fiscais, que estão totalmente a seu cargo, preferem não ter qualquer tipo de formalidade. É o que se passa com uma das entrevistadas (uma condutora de tuck-tuck que, com um salário muito baixo e ainda jovem) do livro, que prefere não passar recibo e ficar com todo o rendimento, preparando a desproteção futura. A desproteção torna-se, aliás, um hábito. Como explicam alguns dos participantes neste livro, “vai-se desistindo”, perdendo a esperança e vivendo um dia de cada vezes. Perde-se o controlo sobre o destino. E essa é a ideia chave: a flexibilidade desprotegida e sem recursos não dá ao trabalhador liberdade de escolha, retira-lhe o controlo sobre o seu destino e a sua vida. É a negação da liberdade, fazendo de cada um escravo da sua sobrevivência.

### **Dilúvio numa casa sem teto**

Crises estruturais, como a de 2008-2011 ou a pandémica, atuam nestes diferentes perfis de forma diferente. Começam por destapar as vulnerabilidades já existentes. Não por acaso, as primeiras vítimas de perda de rendimento no primeiro confinamento foram os que já tinham menos rendimento. E há sempre uma vaga imediata de desemprego que afeta os mais desprotegidos. Eles são uma espécie de lastro que pode ser imediatamente libertado. Paradoxalmente, quanto mais desprotegidos no vínculo menores são os instrumentos de proteção que o Estado lhes oferece. Quanto mais perigoso é o voo que fazem pior é o para-quedas que recebem.

Mas até as situações mais estáveis podem passar a instáveis, depois de uma crise. E trabalhadores que deixam de estar em situações mais protegidas tendem a nunca mais voltar a elas. Sobretudo os mais velhos. Entram em trajetórias descendentes de desproteção e são obrigados a aceitar tudo. Estas crises têm efeitos estruturais e duradouros no perfil do emprego de um país, provocando uma crescente desproteção geral que, mesmo depois da recuperação económica, nunca é revertida. A não ser que haja políticas públicas robustas, nunca mais se volta ao pré-crise. Nunca mais voltámos a antes da crise financeira, nunca mais voltaremos a antes da crise pandémica. Porque lançados para a desproteção, mesmo os que antes estavam protegidos não conseguem recuperar esse estatuto.

É neste contexto de crise depois de outra crise que as recentes declarações de Rui Rio se tornam ainda mais chocantes: “O que ouço há bastante tempo é as pessoas dizerem que precisam de empregos e não têm, e não tem porquê? Porque não há? Não, porque as pessoas estão com o rendimento mínimo ou subsídio de desemprego e deixam-se estar e não querem trabalhar”. Deixo de fora o RSI, que não cabe neste debate (ao misturá-los, Rio exhibe a sua ignorância). Para além do apoio social, uma das funções do subsídio de desemprego é exatamente a de impedir que o desespero de uma crise tenha como consequência imediata a redução geral dos salários e das condições de trabalho. Por terem acesso aos recursos que eles próprios financiaram, os trabalhadores podem recusar empregos com níveis salariais inaceitáveis ou condições deslocadas para as suas qualificações e experiência. Pelo menos no momento imediato da crise, permitindo algum ajustamento das suas vidas e da vida do país. o problema não é o excesso de apoios, é muitos serem obrigados a aceitar a exploração absoluta por não os terem.

Foram dados alguns passos positivos durante a “geringonça”, mas a verdade é que não houve uma intervenção forte na lei laboral

que combatesse a precariedade e desse força à contratação coletiva. Sem que isso tivesse acontecido, a crise pandémica acabou por ser um segundo dilúvio depois da troika sobre uma casa a que nunca se reconstruiu o telhado.

## **Flexível não é livre**

Olhando para o estado do nosso mercado de trabalho, assistimos a um recuo civilizacional que o discurso do “empreendedorismo” (que até para os escravizados condutores dos TVDE é usado) vende como modernizador. Explica-nos, com sonso otimismo, que já não há empregos para a vida e cada um constrói a sua carreira, livre e flexível, com vários empregos e sem a linearidade monótona do passado.

Socorro-me de um testemunho de uma mulher de 32 anos para ilustrar este maravilhoso mundo novo que parece tão velho sempre que se olha para ele com alguma atenção: “Mantive este trabalho principal [no *call center*] e tinha outro [noutro *call center*]. Eram dois empregos. E nesse período ainda tive um outro trabalho, porque eu nessa altura não vivia, trabalhava! Era um terceiro emprego numa loja de roupa. Fazia a parte noturna nas minhas folgas [dos dois *call centers*]. Folgava aos domingos e às segundas-feiras no *call center* principal, à noite trabalhava, de segunda à sexta, nesse outro *call center* e depois aos sábados à noite, aos domingos o dia inteiro e às vezes durante a segunda-feira de manhã ia trabalhar para a loja de roupa. As minhas folgas eram muito curtinhas. Saía de casa todos os dias com uma lancheira enorme, que tinha o pequeno-almoço, a refeição do meio da manhã, o lanche, o jantar e às vezes a ceia, porque eu chegava tão tarde a casa!” A que distância está isto do maravilhoso mundo da liberdade do trabalhador flexível?

Mesmo nos contratos regulares, os bancos de horas e os horários flexíveis estão a destruir conquistas que custaram muitas lutas e



muitas vidas. O velho sonho emancipatório, que se resumia na fórmula 8/8/8 (oito horas para trabalhar, oito horas para viver e oito horas para dormir) está a ser destruído às custas das oito horas de vida (e às vezes até às do sono). E a aceitação acrítica do teletrabalho, apresentado como inevitável, pode piorar ainda mais as coisas. O problema não está na tecnologia. Já não estava quando as plataformas digitais “colaborativas” chegaram. O problema está na ausência de regulação. Quando a tecnologia vem sem regulação tende a reproduzir e a aumentar os desequilíbrios que já existiam.

## **Não me deixam viver**

A globalização, a financeirização e a inovação tecnológica desacompanhada de regulação impôs recuos civilizacionais que fazem com que o progresso venha acompanhado de perda de qualidade de vida e de liberdade para a maioria dos trabalhadores. Mas não é apenas isso. A destruição do risco político para o capitalismo, ditada pela morte de qualquer alternativa à sua lógica, e a perda de poder dos sindicatos também conta muito nesta história.

É verdade que a atomização do trabalho torna o sindicalismo muito difícil. Como explica Júlio, um condutor de TVDE de 47 anos (que não teve direito a qualquer apoio durante a crise pandémica), num setor em que “é cada um por si” e metade dos trabalhadores são imigrantes desprotegidos, não é fácil organizar as pessoas. Mas muitos testemunhos são de queixa pela burocratização e partidarização dos sindicatos. Os que promovem uma e outra coisa podem achar-se profissionais da combatividade, mas fazem parte do problema, não da solução.

Os testemunhos que lemos neste livro, e que são familiares para quem sai da sua bolha de privilégio, estão a léguas do mundo do trabalho que nos chega pela comunicação social. Não é do roubo

fiscal que estas pessoas se queixam, é do roubo das suas vidas. O último testemunho: “Sinto que a vida passa muito rápido e que eu não consigo viver. Porque estou sempre à procura de mecanismos para sobreviver nesta selva. Não tenho estabilidade, não tenho segurança, não me deixam viver, não domino todos os momentos da minha vida, todo o meu tempo. Não dá esperança no futuro.” É esta descrença que corrói a nossa sociedade e, com ela, a nossa democracia. Não é o excesso de apoios no desempregado ou a taxa de IRS para o jovem que recebe um salário de 2700 euros. Por isso, aqui fica um conselho de leitura para Rui Rio, quando for descansar da liderança do PSD: “O Trabalho Aqui e Agora”.